

A FUNÇÃO POÉTICA E A GRAMÁTICA DA POESIA

Paulo Mosânio Teixeira Duarte*

*RESUMO: O propósito deste trabalho é mostrar que papel cabe à função poética, tal como delineada por Jakobson, na "gramaticidade" do texto poético. Para tanto, julgamos pertinente tecer alguns comentários às funções da linguagem em geral, conforme estabelecidos na Introdução. Em seguida discorreremos sobre a função poética, quanto à sua caracterização formal e semântica e sua relação com a função metalingüística. Ilustramos nossas afirmações com o texto *Traduzir-se de Ferreira Gullart*, e com a composição *Mulheres de Atenas* de Chico Buarque.*

PALAVRAS-CHAVE: Funções da Linguagem; Função Poética; Enciclopédia; Dicionário; Conotação.

INTRODUÇÃO

Nosso desiderato, neste trabalho, é mostrar o papel de relevo desempenhado pela função poética, nos moldes jakobsonianos, para a organização do texto poético, de modo a conferir-lhe "gramaticidade". Reportar-nos-emos, em primeiro lugar, ao conjunto das funções. Em seguida, deter-nos-emos na função objeto deste artigo, para apreciá-la em seus aspectos singulares.

Nossa opção por oferecer um sucinto quadro acerca das funções da linguagem visa a apresentar um todo em sua intrínseca articulação, para que nos sintamos em condição de dar destaque a uma parte. Se nos enveredamos direto pela função poética, ficamos qual um dissecador que, obcecado pelo objeto, acaba por operar reduções exageradas e injustificáveis.

* Universidade Federal do Ceará – UFCG.

Neste primeiro momento, indagamos se as funções da linguagem se limitam à frase ou têm o seu verdadeiro *locus* no discurso. Problematizamos o princípio da hierarquia funcional proposta por Jakobson e questionamos se há lugar para uma dada função, de comunicação ou fática, que permeie as demais funções.

Noutro momento, atemo-nos à função poética definindo-a e nela procurando o idiossinerásico: afinal é ela que incide sobre a mensagem e orienta a percepção do leitor ou ouvinte sobre a mesma. Mostramos, quando for oportuno, que é inclusive caracterizada de modo tangível e lapidar, em termos lingüísticos, de maneira que favorece a abordagem do texto poético, ainda que todos saibamos que não se confina ao literário, como o nome deixa supor. Por isto, alguns autores preferem uma alternativa nomenclatural. Riffaterre (1973: 138), por exemplo, adota o nome *função estilística* e Martinet (1978), no verbete “Funções da linguagem”, a denominação *função estética*.

Procuramos também relacionar a função poética à função metalingüística.

1. AS FUNÇÕES DA LINGUAGEM: CONSIDERAÇÕES GERAIS

Como é sabido, Jakobson (s/d) partiu das lições de Bühler (1943), que reconheceu um quadro tripartite para as funções, conforme a ênfase num dos elementos comunicativos: emissor, receptor e contexto, a cada um dos quais associou respectivamente uma função: a expressiva, a conativa e a referencial. O estudioso russo ampliou o quadro das funções em virtude da inclusão de mais três fatores: o contacto, o código e a mensagem, aos quais vinculou respectivamente as funções fática, metalingüística e poética. Fazemos uma breve, mas indispensável incursão no rol das funções jakobsonianas.

O que norteava Jakobson, consoante bem assinala Lopes (1978: 87), é o princípio das covariações significativas do discurso. Na mesma página o autor explica:

...o sentido de uma mensagem varia (este seria o enunciado desse "princípio") na razão direta das variações do fator que ela focaliza, privilegiando-o como um funtivo para a organização de uma função, de uma relação.

Lopes tece considerações interessantes sobre o modelo jakobsoniano. Não entende, assim como também nós não entendemos, por que, ao mencionar a função conativa Jakobson julga necessário distinguir um ator humano de um ator não humano. Por que a distinção, se o propósito da função conativa é impor alterações no comportamento de pessoas vivas e presentes no ato da comunicação? Dever-se-ia então supor uma função conativa em oposição a uma função encantatória em termos de oposição entre os traços [+ humano]/[- humano]? Por que então não diferenciou destinatários humanos de destinatários não humanos?

Questões estas, supra-referidas, prestam-se, segundo o autor, a demonstrar a precariedade de teorias funcionais tratadas no domínio da frase, sendo o âmbito delas o discurso. Segundo Lopes (*op. cit.*: 90), as funções do discurso podem ser resultado da articulação diferencial de uma dupla relação:

- a) a relação entre um discurso x, determinado, e todos os demais discursos produzidos pela mesma cultura, de um lado;
- b) a relação entre o discurso x, como um todo que o integre como parte constituinte.

O dicionário (*grosso modo*, equivalente à língua) efetua distinções entre os traços semânticos ora em tela, mas tais distinções não são necessariamente corroboradas no discurso. Nossa tradição retórica sabe disso, quando alude às figuras, como a antropomorfização, a prosopopéia. Os sentidos "usuais" das palavras são freqüentemente violados por metáforas, sinestésias.

Além de pôr em xeque a condição frástica das funções da linguagem, Lopes alude a outro ponto, menos pacífico quanto à aceitação. Trata-se da onipresença da função fática entre as demais funções comunicati-

vas. Opõe-se à função polêmica, que rompe com as expectativas interacionais. Por exemplo: não falar quando o esperado é falar. Assevera o autor, a propósito da função fática, apoiado em Malinowski:

...a função fática não é, absolutamente, função de uma frase específica, nem mesmo de um tipo de frase específica, nem mesmo de um tipo de frases, ela é, mais exatamente, a característica básica do discurso, de todas as frases de qualquer discurso, queremos dizer, na medida em que todas as frases de um discurso opõem-se ao egocentrismo do silêncio e mantêm os vínculos de relacionamento interpessoal (op. cit.: 94) (os grifos são do autor).

Trata-se de um ponto de vista alternativo em relação à função fática, segundo o qual ela permeia todas as outras funções. A faticidade extrapola a mera “consulta ao canal”. Decorre desta reformulação conceptual uma primeira reacomodação dos tipos funcionais, com o evanescimento da função fática, vista sob outro prisma pelo mestre Jakobson, conforme os princípios da hierarquia funcional. Diga-se de passagem que a proposta de Lopes é mais tangível que a de Martinet (1978), que, no verbete “Funções da Linguagem”, apresenta como função central a de comunicação. Isto não quer dizer muita coisa, pois, como enfatiza Ducrot:

Não há muita objeção a fazer a isto, já que a própria noção de comunicação é bastante vaga e susceptível de receber um grande número de orientações (1977: 9).

Tópico no qual Lopes tem razão diz respeito à ausência de parâmetros claros para o estabelecimento categorial das funções. Todas as observações feitas pelo mestre russo acerca de feixe de funções que implica uma função primária e funções secundárias apontam para a existência de uma hierarquia funcional no interior de cada mensagem. Objeta Lopes se existe *uma hierarquia funcional autônoma fora da própria mensagem e anterior à própria sínona (contextual)* de modo que determinadas funções se subordinam discursivamente a outras (op. cit.: 93) (os grifos são do autor).

Indagamos se há de fato parâmetros seguros para a determinação de uma função principal e de funções secundárias. Parece-nos que às vezes é difícil, por exemplo, separar emissor e receptor convincentemente de

modo a delimitar a função expressiva da função conativa. Existe expressão gratuita, conação sem auxílio de mecanismos expressivos ou mesmo referenciais, mesmo considerados os artifícios teóricos? É possível encontrarmos funções bem diferenciadas em textos “bem comportados”, nos quais certos traços lingüísticos saturem ou convirjam de modo a ganhar saliência. Julgamos, todavia, precipitado generalizar o princípio da hierarquia funcional. Citemos Riffaterre:

Quanto às funções emotiva e conativa, ambas agem forçando a atenção. A primeira intensifica, acrescentando um elemento emotivo a um elemento cognitivo. A segunda, como apelo direto ao destinatário, é um processo que o prepara para uma percepção mais completa (1973: 97)

O próprio Jakobson leva-nos a questionar a hierarquia funcional, quando, comparando o famoso slogan da campanha de Eisenhower *I like Ike* e a célebre frase de César *Veni, vidi, vici*, afirma que, no aludido slogan, a função conativa se superpõe à poética. Que pistas nos dá? O contexto de produção, parâmetro extralingüístico, que é do conhecimento de mundo do intérprete. O estranho é ter Jakobson chegado à conclusão retrocitada, tendo ele próprio feito uma brilhante análise sobre *I like Ike*, análise que inclusive destoa da mensagem, concisa (cf. Jakobson, *op. cit.*: 128-29).

Assiste razão a Riffaterre, que assevera:

Nos dois exemplos, a função estilística (i.e., a função estética) não é nem acréscimo nem reforço secundário, é a função fundamental dos dois atos de comunicação. O primeiro não constitui o enunciado mínimo de uma preferência sentimental, mas uma profissão de fé, uma proclamação, o segundo não era um comunicado oficial, mas um boletim de vitória e um ato de propaganda (1973:98).

Há que ter-se, portanto, cautela na determinação da função principal em meio ao feixe funcional. No que concerne, por exemplo, às funções expressiva e conativa, corre-se o risco, repetimos, de separar funções que são, pelo menos, freqüentemente indisjuntáveis. Além disto, os indícios lingüísticos são meros subsídios para chegar-se ao emissor e/ou ao receptor. Para que subsidiem bem, devem “saturar”, de modo a transbordar para

elementos exteriores à linguagem. Não basta, por exemplo, a simples presença de morfemas de primeira pessoa e dos pronomes pessoais *eu*, *me*, *min* ou *migo* para assinalar expressividade, pois pode perfeitamente haver “pura e simples” informação.

Podemos, *verbi gratia*, imaginar um texto publicitário em que se enumeram, com razoável objetividade, as comodidades de um bem. É lícito falar de função representativa como a saliente? Por que não conação, se nos valermos do contexto de produção da mensagem?

Lopes discorre ainda sobre *função designativa* oposta a *função referencial* (só esta contemplada por Jakobson). A primeira concerne aos signos de um discurso que, por sua vez, designam os signos de uma língua; a segunda respeita aos signos da língua quando se referem a uma realidade (que é um “discurso”). São distinções estabelecidas pelo autor para a semiotização das funções da linguagem. Veja-se que o autor encara a própria “realidade” como discurso a ser interpretado, ou, nas palavras dele próprio, uma *imago semiótica*, realidade ideológica interpretada.

Dá, de algum modo, ressonância a posições como as de Eco (1974: 11-75), que pretende eliminar o referente da investigação semiótica, como algo espúrio que impede o ver a natureza cultural dos processos significativos.

2. A FUNÇÃO POÉTICA E A GRAMATICIDADE DA POESIA

2.1. A DEFINIÇÃO

Expostas as linhas gerais sobre as funções da linguagem como um todo, coloquemos em tela a função poética. Esta é considerada por Jakobson a partir de dois princípios básicos: a seleção, ancorada na equivalência, semelhança ou dessemelhança, sinonímia ou antonímia, e na combinação, fundada na contiguidade. Em outros termos:

A função poética projeta o princípio de equivalência do eixo de seleção sobre o eixo da combinação. (s/d: 130)

Resultam daí as diversas similaridades: no som, como rima e aliterações; na seleção lexical, ilustrada pela referência de uma palavra com outra, originando um “dicionário” interno; na construção sintática, que pode acarretar os paralelismos sintáticos; na tessitura retórica do poema: metáfora e metonímia, por exemplo. Trata-se das equivalências horizontais e verticais segundo Coquet (In: Creimas *et alii*, 1976: 37), que alude aos paralelismos gramaticais, dependentes do eixo das convenções, fônico, prosódico e semântico, bem como às rupturas em quaisquer destes níveis retrocitados.

Definida nos termos jakobsonianos, a função poética contrasta com as demais funções, porque encerra, no bojo da definição, pistas lingüísticas. Ela aponta para a própria mensagem e discrepa de outras funções como a expressiva e a conativa, orientada para fatores extralingüísticos. Aguiar e Silva já o tinha percebido:

Pensamos que o ilustre lingüista (Jakobson) falseou um pouco a análise do fenómeno da linguagem, fazendo da “mensagem” um fator entre outros do ato de comunicação. Na realidade, a mensagem não passa do produto de cinco fatores de base, que são o destinador e o destinatário entrando em contacto por intermédio de um código a propósito de um referente (1989: 88)

Riffaterre (1973: 146) também observara que a função estilística (i.e., função poética) é a única centrada na mensagem por oposição às outras orientadas para algo exterior a ela (i.e., a mensagem).

2.2 A FUNÇÃO POÉTICA E NOÇÃO DE ACOPLAMENTO

Levin (1975) discute a noção de acoplamento, que guarda conexões com a função poética. Reconhece, em primeiro lugar, que duas formas podem se equivaler com respeito aos contextos lingüísticos em que ocor-

rem. Formas que apresentam esta equivalência são posicionalmente equivalentes ou do tipo I. Reconhece também equivalência de formas com base em algum fator extralingüístico, pertencentes ao tipo II. Exemplificando *alegre, triste e claro* são do 1º tipo: são adjetivos, virtualmente expansíveis pelo sufixo *-mente*. O tipo II envolve significado, e abrange sinônimos e palavras que se prendem a um campo semântico. Levin chama atenção para o fenômeno do acoplamento, assim expresso:

...duas formas quaisquer que ocorram em posições equivalentes representam um emparelhamento de convergências; mas só se as formas forem naturalmente equivalentes é que teremos ACOPLAMENTO, a estrutura verdadeiramente importante para a poesia.

Não é o lugar aqui para discutirmos em pormenor as idéias de Levin, que constituem uma tentativa de explicar e desdobrar as idéias de Jakobson, no tocante às equivalências implicadas pela função poética. Mas isto basta? Cremos que não. Justificamos em seguida.

2.3. A FUNÇÃO POÉTICA COMO INTERPRETANTE DO CONTEXTO

A função poética chama de fato atenção para a mensagem, que, em diferentes graus de opacidade, “provoca” o leitor a capturar as leituras ou as redes de leituras. O efeito no receptor da mensagem é o que chama estranhamento.

A mensagem poética não é uma adição, não é uma seqüência lingüística em grau zero ou em estado neutro com acréscimo, como pensa Aguiar e Silva (1989: 66) e Delas e Fíliolet (1975).

Para estes últimos, registre-se, a função poética chega a ser um segundo momento da geração da mensagem, no texto não poético, no sentido de torná-la eficaz e, nos textos poéticos, é a própria condição de geração da mensagem. Bem assinala Riffaterre (1973: 148): a função estilística

não é nem acréscimo nem reforço secundário. (cf. Riffaterre, *op. cit.*: 32-3, para maiores críticas feitas pelo estudioso norte-americano sobre estilo como reforço, ênfase).

Conseqüentemente, não podemos encarar o texto literário (ou não), portador de mensagens opacizadas por paradoxos, oxímoros, paralelismos fonológicos ou sintáticos, incomuns na linguagem quotidiana, como anomalia que deve ser corrigida, referencializada. Tal é o procedimento de Cohen (1974: 106), a propósito do sintagma *bleus angélus* (ave-marias azuis) em “L’Azul”, de Mallarmé. Riffaterre critica a postura do estudioso francês:

O erro de Cohen foi o de ler bleus angélus no sentido que essas palavras teriam na língua fora do contexto, enquanto no poema o complexo textual basta para substituir a carolice adocicada de bleus angélus pela antífrase do sentido comum. A relação semântica está inteiramente dentro do texto (1987:27).

Elucida melhor o autor em linhas gerais:

Assim, o sentido do texto pode muito bem ser caracterizado por “audácias ou absurdos”, sem que com isso possamos nos contentar em nele ver deformações do real. Tal explicação não elucida o semantismo do poema como um todo e fica a quem da literariedade (op. cit.: 27-8).

Cremos que o primeiro passo para reconhecer a especificidade da função poética consiste em vê-la como uma função que, por guardar vínculo especial com a mensagem, estreita laços com a função metalingüística. Em que termos, todavia?

Jakobson (s/d: 130) já tinha percebido que a metalinguagem recorre a um uso seqüencial de unidades equivalentes quando combina expressões sinônimas numa sentença equacional: A=A (“A égua é a fêmea do cavalo”). Todavia, opõe diametralmente poesia e metalinguagem, uma vez que em metalinguagem a seqüência é usada para construir uma equação, ao passo que em poesia é usada para construir uma seqüência.

Riffatterre (1973: 143) admite que a função poética regula a função metalingüística, que capacita emissor e receptor a verificar se estão utilizando o mesmo código. À mesma página justifica:

Tal verificação está orientada para a mensagem, uma vez que a atualização do código, com as ambigüidades possíveis, é sua própria razão de ser. Num emprego pensado da língua, particularmente nos textos escritos, as glosas ou esclarecimentos sobre o código poucas vezes são realmente necessários: o remetente tem toda liberdade de evitar qualquer obscuridade ao atualizar o código; a função metalingüística constitui então mais uma forma de realce (emphasis).

Riffatterre, convém salientar, dá ênfase e saliência à função poética (chamada por ele de estilística). Não a reconhece como simples reguladora da função metalingüística. Junto com a função referencial, forma uma espécie de díade comunicativa em qualquer mensagem. Porém, permanecendo as obscuridades a função referencial cessa, senão arrefece. A função estilística, por sua “opacidade”, que desafia o receptor, impera e firma autonomia.

! Há evidente exagero, a nosso ver, do mestre de Columbia. Nem sempre a função estilística está co-presente numa mensagem com a função referencial. Como explica que, em mensagens opacas, cesse a função referencial, se esta se acha presente em qualquer mensagem junta com a função poética?

No que concerne à relação função poética/função metalingüística, em termos de pura decodificação e “tradução”, há que registrar-se um enfado, exaustão, decorrente de virtual círculo vicioso que estanca o ato comunicativo. A função estilística acaba por extrair a eficácia da seqüência metalingual.

É Lopes (s/d) que, a nosso ver, consegue uma aproximação proveitosa entre a função poética e a metalingüística de modo a integrar as duas. Explica o eminente lingüista paulista em nota de rodapé:

Num dos casos (o das funções metalingüísticas, estudadas por Jakobson), a informação tradutora, no plano de conteúdo da mensagem-objeto, provém do código, da langue; no presente caso, o da função poética, a informação tradutora (interpretante, segundo Peirce), do plano de conteúdo da mensagem-

objeto, provém dessa mesma mensagem, ou de partes dela guindadas à condição de subcódigo lingüístico (s/d: 69). (grifos do autor)

Esse interpretante do contexto, correlacionado com a função poética, é, conforme a direção argumentativa supra, imbuído de função metalingüística, semelhantemente ao interpretante do código. Há pois duas funções metalingüísticas: a propriamente lingüística (interpretante do código) e a poética (interpretante do contexto).

Alterando o esquema jakobsoniano, sem a ingenuidade de generalizar o princípio da hierarquia funcional, podemos admitir, conseqüentemente, dois macrotipos de função: as intralingüísticas, consubstanciadas na função metalingüística e seus subtipos retrocitados, e as extralingüísticas: expressiva, conativa (ou expressivo-conativa, interpessoal?), fática (com *status* próprio ou extensiva a todas as funções), e referencial (ou, como corrigida por Lopes, que adota, uma função designativa oposta à função referencial, a primeira, signos de um discurso que designam os signos de uma língua e a segunda, signos de língua referindo-se a uma “realidade”, que é outro “discurso”?).

Fica *en passant* a sugestão para uma ampla reformulação do esquema jakobsoniano, mas não é o que nos retém a atenção por ora. Definida a função poética como interpretante do contexto, como subdomínio da função metalingüística, o que resta a dizer por implicação?

Julgamos pobre ficar adstrito aos diversos paralelismos implicados pela definição jakobsoniana. Cremos que é importante fazer alusões às configurações semânticas que decorrem de paralelismos gramaticais e fônicos.

2.4. FUNÇÃO POÉTICA E MOTIVAÇÃO SEMÂNTICA

Para explorarmos as implicações semânticas que se impõem, a nosso ver, pela conceituação jakobsoniana de função poética, socorremo-nos das idéias de *dicionário* e *enciclopédia*, contidas nas obras de Eco (1974, 1980, 1991).

Eco acha insuficiente o célebre modelo Katz-Fodor, baseado num dicionário. Nele é sobejamente conhecido o exemplo *bachelor* que pertence à classe dos nomes e se ramifica em duas direções, conforme os *marcadores semânticos* inseridos entre parênteses, marcadores que desembocam em *distinguidores*, entre colchetes. Exemplo: bachelor (Humano) (Macho) (Adulto) (Não-casado) ou bachelor (Animal) (Macho) (Jovem) (Foca) [Quando não se escala no período do cio]. Existem as *seleções restritivas*, expressas por letras gregas inseridas no sinal < >, postas abaixo da última indicação semântica, no caso após (Não-casado) ou após [Quando sem um companheiro durante o período do cio]. As restrições seletivas indicam uma condição necessária e suficiente para que uma dada leitura se combine com outra.

Não entraremos nos amplos pormenores da teoria de Katz-Fodor, que suscitou as mais candentes críticas e sugestões, que nos levariam longe demais. As críticas mais pertinentes para nós dizem respeito aos limites dicionários do modelo K^F e à não-consideração das conotações. Existem outras objeções aludidas por Eco: o caráter platônico das marcas semânticas, a impureza extensional dos distinguidores e a restrição aos itens categoremáticos. Mas vamos nos deter nas duas primeiras limitações.

Lidar com o significado em termos da teoria Katz-Fodor leva a resultados duvidosos em identificação da motivação semântica entre itens com paralelismo implicados na função poética de Jakobson. O modelo K^F é elementar e conforme assinala Eco “incapaz de explicar a competência social em todas as suas contradições vivas” (*op. cit.*: 88).

Para não continuarmos a expor aridamente a questão, sem apoio em exemplos, tomemos o poema *Traduzir-se* de Ferreira Gullar, que se apóia, no nível fundamental entre dois eus, em oposição: um eu superficial *versus* um eu profundo. Grande parte do poema é dominado por uma parelha SN-SV, oposta a outra do mesmo padrão, sendo na primeira o sujeito *uma parte de mim* e na segunda, *outra parte*. A antinomia já se estabelece entre os próprios SNs e se agudiza nos SVs. Neste último sintagma, constatam-se

oposições do tipo: (é) multidão/(é) solidão; (pesa e) pondera/delira; (almoça e) janta/se espanta. São oposições da mesma natureza? Não, porque não são de mesma transparência: *multidão* se associa mais facilmente com *solidão*, por força do contexto, já que o primeiro nome remete por conotação à qualidade social do “poeta”, oponível à qualidade entranhadamente individual do mesmo, expresso pelo item lexical *solidão*. A antonímia não é dicionarial: *multidão* é coletivo e *solidão*, substantivo abstrato. No contexto depuram-se traços, de modo a relacionar, por oposição, apenas os pertinentes.

Pondera não é bem antônimo de *delira*, porque este verbo é intenso na sua forma de manifestar o afastamento da sensatez e da realidade. Mas o que entra em jogo são dois processos mentais, um assinalando juízo, cálculo; o outro negação disto tudo. São dois verbos trissilábicos, com a mesma pauta acentual. Divergem, contudo, quanto às vogais tônicas /É/ e /i/. A vogal /É/ aparece no verbo semanticamente correlato de *ponderar*, no contexto, *pesar*. Ora, a vogal /É/, aberta, se presta à natureza semântica dos verbos, pelo caráter de vogal clara (cf. Macambira, 1985: 252).

A vogal /i/, aguda, “pequena”, assinala um processo mental oculto, mais profundo, como um frêmito. Compare-se com este outro trecho: uma parte de mim é só vertigem/outra parte linguagem. *Vertigem* indica aturdez, estupefação, presença do sentir, de processos interiores e se opõe à *linguagem*, expressão, manifestação, exterioridade.

A vogal /a/ se opõe à vogal /i/ sendo uma baixa, de caráter sonoro (cf. Macambira, *op. cit.*: 252) e a outra, aguda. Podemos estabelecer um paralelo:

linguagem: vertigem:: pondera: delira.

O que nos chama em particular a atenção é a oposição: janta/se espanta. Que dicionário poderia predizer isto? Perceba-se o paralelo de construção: pesa e pondera/delira; almoça e janta/se espanta. *Pesa* e *pondera* têm proximidade semântica, semelhantemente a *almoça* e *janta*, embora ostentem um maior paralelismo fônico, assim percebemos. Porém

que relação há entre *janta* e *se espanta* em nível de oposição? A resposta está no nosso conhecimento de mundo sobre as atividades corriqueiras de *almoçar* e *jantar* e sobre o inusitado, o incidental, o momentâneo, o imprevisível de *espantar-se*. Sabemos que almoçamos e jantamos todos os dias, o que conota banalidade.

Nossos conhecimentos sobre as palavras não podem basear-se em que está posta em nível de *langue, grosso modo*, dicionário. Daí a insuficiência da análise sêmica tradicional, incapaz de dar conta das similaridades e oposições no texto e que muitas vezes não são contempladas nos dicionários. O dicionário, concebido nos moldes da semântica lexical clássica, não dá conta da semiose ilimitada, dos ilimitados processos de semiose conotativa em que o plano da expressão se constitui de uma outra semiótica (cf. Hjelmslev, 1975).

Segundo Eco (1974: 42), o lexema, como signo, dispara relações, conglobadas no conjunto de todas as unidades culturais que uma definição intensional do significante pode pôr em jogo. Associa-se a:

- a) definições;
- b) unidades semânticas correspondentes do significado;
- c) definições “ideológicas” (definições incompletas que enfocam a unidade cultural ou um complexo de unidades culturais sob um único de seus perfis possíveis);
- d) conotações emotivas;
- e) hiperonímia, hiponímia e antonímia;
- f) tradução em outros sistemas semânticos;
- g) artifício retórico;
- h) conotações axiológicas globais;

Exemplo do último caso é a oposição manifesta entre *janta/se espanta* em torno do traço [+ trivial] / [- trivial].

Estamos exemplificando as equivalências no plano das rimas, mostrando como podem estabelecer-se e os semânticos. As exemplificações podem continuar *ad nauseam*. Daremos apenas mais um exemplo com *Mulheres de Atenas*, de Chico de Buarque e Augusto Boal.

As estrofes podem muito bem ser delimitadas no início por *Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas*. É comum seguir versos designadores de atitudes femininas de sujeição após o citado refrão. Estes versos terminam por uma seqüência aposicional relativa aos maridos:

Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas.
Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas.
Despem-se pros seus maridos, brancos guerreiros de Atenas.
Têmem pos seus maridos, heróis e amantes de Atenas.

Há uma notória relação semântica entre os verbos, dissilábicos e reveladores de atitudes submissas da mulher, como se patenteia um estreito vínculo semântico de enaltecimento entre os opostos relativos a *marido*. Cada verbo revela um aspecto atitudinal da mulher no domínio comum da submissão reforçada pelo sintagma preposicional *pros seus maridos*. Cada aposto também traz um matiz novo, de modo a sobrelevar a figura masculina. Desenha-se assim uma oposição entre os SVs e os apostos. Os apostos têm informacionalmente carga semântica bem proeminente porque agem como justificativa, “causa” para o descrito nos SVs.

Só em um momento rompe-se a expectativa: no verso *Ceram pros seus maridos os novos filhos de Atenas*. Mesmo assim, percebe-se a relação semântica entre SP e SN objeto direto. Infere-se que os novos filhos de Atenas serão os futuros maridos.

Observe-se que há um certo paralelismo entre os dois versos iniciais e os dois finais:

a) *Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas*
Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas

- b) *Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Secam pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas.*

Qual a diferença? É a substituição de *vivem* por *secam*. Ora, dadas as condições textuais não podemos afirmar que se implicam e que são basicamente a mesma coisa? *Secam*, verbo de processo, resume o que as contínuas séries verbais indicam, apontando a sujeição feminina.

As atitudes femininas são desencadeadas pelas atitudes masculinas, como nestes trechos temporalmente circunstanciados por *quando*:

- a) *Quando amadas, se perfumam
Se banham com leite, se arrumam
Suas melenas;*
b) *Quando fustigadas não choram,
se ajoelham, pedem, imploram
Mais duras apenas;*
c) *Quando eles embarcam, soldados
Elas tecem longos bordados
Mil quarentenas.*

As rimas, no primeiro excerto têm forte motivação semântica: se perfumam/se arrumam. Os verbos são pronominais, o que faz que adjunjam à série retrocitada a forma *se banham*. Todos, no contexto, indicam atitudes de preparação para a conjugação sexual. Há também motivação de sentido na série: se ajoelham, pedem, imploram, que nos poupamos de comentar. Atente-se para este outro passo:

*Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam
Se conformam e se recolhem
As suas novenas
Serenas.*

Recolhem e *se encolhem* são mutuamente inter-relacionadas pela forma e pelo sentido. Tomando os prefixos, vemos que eles emprestam

matizes semânticos distintos, mas complementares às bases *re-* “para trás” e *en-* “para dentro”. À mulher é negada a visibilidade.

É interessante o jogo lingüístico: *se encolhem* no primeiro verso e *se conformam* no segundo. O verso subsequente, contudo, em sinal de certa síntese reúne, não dois verbos, mas um deles apenas e outro morfossemanticamente afim (ao menos em nível diacrônico).

Poderíamos continuar nossas observações, mas este não é o caso. O material é farto: atentemos para as relações em diversos estratos fônico-semânticos.

- a) cadenas, penas (lexemas relativos aos castigos);
- b) pequenas, sirenas, morenas (nomes relativos às mulheres, que emprestam matizes de sedução a elas);
- c) sedentos, violentos (adjetivos relativos às atitudes masculinas em busca da posse física sobre a mulher);
- d) plenas, obscenas (adjetivos relativos às carícias brutais dos amantes atenienses).

Os exemplos dados servem para ilustrar a teoria de Jakobson, com as devidas achegas. Intentamos mostrar que é impossível lidar com os sentidos se nos confinamos no nível da palavra dicionarial, sem atentar para as conotações e para a noção de enciclopédia, caracterizado assim por Eco:

A enciclopédia é um postulado semiótico. Não no sentido de que não seja uma realidade semiótica: ela é o conjunto registrado de todas as interpretações concebíveis objetivamente como a biblioteca das bibliotecas, onde uma biblioteca é também um arquivo de toda a informação não verbal de algum modo registrada, das pinturas rupestres às cinematecas. Mas deve permanecer um postulado porque de fato não é descritível na sua totalidade. As razões por que não é descritível são várias: a série das interpretações é indefinida e materialmente inclassificável; a enciclopédia como totalidade das interpretações contempla também informações contraditórias; a atividade textual que se elabora com base na enciclopédia, agindo sobre suas contradições e introduzindo nela continuamente novas segmentações do

continuum, também com base em experiências progressivas, transforma com o tempo a enciclopédia, de modo que uma sua ideal representação global, se em algum caso fosse possível, seria já infiel no momento em que estivesse terminada; enfim, a enciclopédia como sistema objetivo das suas interpretações é “possuída” de maneira diferente por seus usuários (1991: 113).

O que dissemos sobre a motivação semântica como complemento à função poética concisamente definida por mestre Jakobson não tem a pretensão de esgotar o assunto, mas de mostrar que o texto poético é também sujeito a regras, embora estas não apresentem a formalização das regras sintáticas. Nem pretendemos tampouco insinuar que, para extrapolar o dicionário, devemos simplesmente operar uma cadeia ininterrupta de sentidos no seio do texto. Eco (1991: 77-9) fala com muita propriedade da relação que deve haver entre cooperação textual e enciclopédia e sintetiza suas idéias com propriedade, afirmando que “o significado contextual vai muito além dos significados lexicais, mas isso só é possível se a enciclopédia fornece: a) significados lexicais em forma de instrução para a inserção contextual e b) roteiros”.

A representação do texto poético ainda está longe de uma formalização. A função poética, em nosso caso específico, já fornece algum arcabouço. O problema reside na informação semântica atribuível aos paralelismos, que parece depender do conhecimento de mundo, pelo menos em parte. Tomemos como exemplo os lexemas *cadena* e *sirena* da composição *Mulheres de Atenas* de Chico Buarque de Holanda. O Dicionário do Aurélio (1986) registra apenas dois significados: 1 – Meio empregado para tirar dos chifres do carro, sem perigo, o laço que o prende. 2 – Entrelaçamento dos pares no fandango. Por extensão de sentido, *cadena* no texto significa “corrente”. Mantém a motivação rimática com *Atenas* e fônico-semântica com *pena*. Nosso conhecimento da língua nos diz que *cadena* provém do latim *catena* (de onde procede concatenar). *Cadena* é arcaísmo. A ordem evolutiva é esta *cadena* > *cadêa* > *cadea* > *cadeia*. *Cadeia* tiraria a motivação fônica e perderia o que Bally (1951: 203) chama poder de palavra evocativa, que se prende às associações provocadas

pela origem ou pela variedade lingüística a que pertence o item vocabular. *Sirena*, por sua vez, é registrado no Aurélio, como sinônimo de *sereia*, mas o dicionário só nos informa que é palavra poética, mas não diz que é arcaísmo.

Perguntas que ainda poderiam ser feitas. Por que *morenas*? Para se referir às atenenses? Seria por uma espécie de anacronismo, de uma transportação da realidade brasileira para a “realidade helênica”? Por que a alusão às *novenas*? Cremos que o autor, fundindo épocas, em palavras de distinta coloração evocativa, para nos socorrermos ainda de Bally, transpôs os umbrais de Atenas para que suas mulheres fossem representantes da mulher geral, submissa e assujeitada.

3. CONCLUSÃO

Do exposto, ficam assentes, pelo menos para nós, que:

- a) as chamadas funções da linguagem são funções discursivas;
- b) não é generalizável o princípio de uma hierarquia funcional.

Fica para um estudo posterior o verificar se emissor e receptor podem ser, mesmo por artifício teórico, enfocados em separado e até que ponto.

Parecem-nos plausíveis os argumentos de Lopes com respeito à onipresença da função fática, o que é mais sustentável que a admissão de uma vaga função de comunicação a tudo permear. Não olvidemos, no entanto, que é outra leitura da faticidade por parte de Lopes, que altera automaticamente o esquema do mestre Roman Jakobson.

Do mesmo modo altera o esquema do lingüista russo a admissão de uma função designativa oposta à função referencial, nos termos propostos por Lopes. É bom não esquecer que Lopes, como semiótico (ou semiólogo

como diriam alguns), tem uma diretriz ideologicamente firmada de “semiotizar” as funções, trazendo-as para o bojo da condição sónica da linguagem (e quiçá das linguagens).

No que tange à função poética, que se orienta para a mensagem, fica estabelecido que:

- a) mantém-se a definição jakobsoniana, segundo a qual ela projeta o princípio da equivalência do eixo de seleção sobre o eixo da combinação;
- b) em virtude disto, a mensagem se “opaciza”, propõe um convite à leitura ou a leituras, por trás do jogo lingüisticamente instaurado, que causa estranhamento ao receptor;
- c) todavia, a função poética não pressupõe um momento inicial acrescido de ênfase: a mensagem é única e buscar “normalizá-la” é um equívoco em que incorreram Cohen, e Delas e Fíliolet, já citados;
- d) a função poética, como interpretante do contexto, é, *lato sensu*, subdomínio da função metalingüística;
- e) equivalências e rupturas se dão no texto, o que não implica a dispensa do conhecimento dicionarial como ponto de partida;
- f) os aspectos semânticos podem ter motivação textual e mesmo extratextual, no conhecimento que o receptor tem, nos *frames* e associações estabelecidas com base no conhecimento de mundo e da própria língua;
- g) o contexto de produção pode auxiliar a interpretação semântica, ampliando-a, corroborando-a ou mesmo negando-a.

A propósito do item g, convém remeter a uma proposta de Klopfer (1984: 44-5) que busca integrar as concepções de Jakobson em uma proposta mais ampla em que entra situação concreta, participantes, uma ati-

vidade lingüística ligada de modo mais ou menos direta à ação lingüística, e a respectiva sublíngua. Fica, no entanto, para um outro momento a discussão sobre a sugestão do autor:

Podem-se objetar que a teoria de Jakobson não resolve o problema da literariedade, equipara textos de valor literário e de valor não-literário. Não entraremos no mérito da questão, que certamente envolve parâmetros históricos, sócio-culturais. Aos interessados remetemos à leitura de Kloepfer (*op. cit.* : 30-7).

Por fim, cabe uma observação de suma importância: a inserção de uma referência à motivação semântica não nos deve levar à obsessão de procurar o sentido em todos os casos. Cohen (1974: 69) assevera, a propósito da rima que esta, quando semântica, respeita o princípio do paralelismo: à semelhança de som corresponde uma semelhança de sentido, em função do arbitrário relativo. Nem sempre, todavia, isto ocorre, como o próprio Cohen reconhece, referindo-se a Banville, que já no século XIX, apregoava rimas homofônicas e muito diferentes quanto ao sentido.

ABSTRACT: The aim of this paper is to show that poetic function can contribute to establish a grammar of poetry. To this end, we find it is necessary to make some comments on the functions of language as a whole. These comments are inserted in the Introduction. Later we will discuss about the poetic function, as far as its formal and semantic characterizations are concerned. We will take into account its relationship with the metalingual function. We will give some examples based on Ferreira Gullar's poem Traduzir-se and on Chico Buarque's composition Mulheres de Atenas.

KEYWORDS: Language functions; poetic function; dictionary; encyclopaedia; connotation.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR E SILVA, V. M. (1989) *Teoria da Literatura*. Coimbra, Almedina.

DUARTE, Paulo Mosânio Teixeira. *A função poética e a gramática da poesia*.

- BALLY, G. (1951) *Traité de Stylistique Française*. Vol. I. Paris, Klincksieck,
- BUIHLER, K. (1943) *Teoría del Lenguaje*. Madrid, Revista del Occidente.
- COHEN, J. (1974) *Estrutura da Linguagem Poética*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- COQUET, J.-C. (1976) Poética e Lingüística. In GREIMAS, A. J. et alii. *Ensaio de Semiótica Poética*, São Paulo, Cultrix.
- DELAS, D. e FILIOLET, J. (1975) *Lingüística e Poética*. São Paulo, Cultrix/EDUSP.
- DUCROT, O. (1977) Implícito e Pressuposição. In *Princípios de Semântica Lingüística*. São Paulo, Cultrix,
- ECO, U. (1974) *As Formas do Conteúdo*. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1980) *Tratado Geral de Semiótica*. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1991) *Semiótica e Filosofia de Linguagem*. São Paulo, Ática.
- GULLAR, F. (1981) Traduzir-se. In FAGNER, Raimundo. *Traduzir-se*. Rio de Janeiro, CBS.
- HJELMSLEV, L. (1975) *Prolegômenos a uma Teoria de Linguagem*. São Paulo, Perspectiva.
- HOLANDA, A. B. (1986) *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- HOLANDA, C. B. de e BOM, A. (1976) Mulheres de Atenas. In *Meus Caros Amigos*. Rio de Janeiro, Phillips.
- KLOEPFER, R. (1984) *Poética e Lingüística*. Coimbra, Almedina.
- JAKOBSON, R. *Lingüística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, s/d.
- LEVIN, S. (1975) *Estrutura Lingüística em Poesia*. São Paulo, Cultrix.
- LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo, Cultrix, s/d.
- _____ (1978) *Discurso, Texto e Significação*. São Paulo, Cultrix.
- MACAMBIRA, J. R. (1987) *Fonologia do Português*. Fortaleza, EDUFC.
- MARTINET, A. (1978) Funções de Linguagem. In *Conceitos Fundamentais de Lingüística*. Lisboa, Martins Fontes.
- RIFATERRE, M. (1973) *Estilística Estrutural*. São Paulo, Cultrix.
- _____ (1987) *A Produção do Texto*. São Paulo, Martins Fontes.